

Governo decide amanhã se vai conter consumo

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, decide amanhã se adota ou não medidas de restrição ao crédito, que comporiam a estratégia de redução de consumo, já iniciada nas compras à vista, com o estímulo à poupança. A decisão será tomada com base em estudo do Instituto de Pesquisas da Sepplan (Inpes), que demonstra que, em abril, houve uma elevação de consumo de 1,9% em relação a março, com exceção da venda de veículos, que caiu 21,4%.

Segundo o assessor especial do ministro, Michal Gartenkraut, o consumo se acelerou a partir do momento em que foram reduzidas bruscamente as taxas de juros, no início de abril. Ao receber estes dados, o governo optou por voltar à prática de juros reais positivos, no final de maio, com o objetivo de postergar o consumo. A aceleração, de acordo com Gartenkraut, ainda está abaixo da metade daquela registrada no Plano Cruzado, mas foi responsável pelo desvio da rota de recessão em que vinha a economia brasileira. "E isso não dá certo em um programa de controle da inflação", diz o assessor.

Dúvidas — Gartenkraut revela que ainda existem dúvidas sobre a necessidade e eficácia das medidas de restrição ao crédito, porque 80% a 90% do consumo vêm sendo feitos à vista e mesmo um corte total representaria uma redução de 10% na demanda. "É muito, mas não sabemos se é suficiente", explica. Por isso, o governo está contando com uma redução nas vendas à vista com a volta de juros reais positivos - que, somados à inflação mais elevada do que imediatamente após o Plano Verão, totalizariam um rendimento nominal atraente - e com a própria aceleração inflacionária, que reduz o poder de compra.

Embora a prática de juros reais elevados não tenha inibido o consumo após o Plano, a avaliação de Gartenkraut é

que havia expectativa de explosão de preços com o descongelamento, determinando a antecipação de compras, o que não existe atualmente. Ele lembra ainda que, embora todos digam que houve "arrocho salarial", na verdade os salários cresceram pela reposição determinada pelo Congresso como condição para aprovar o Plano Verão, o movimento grevista generalizado, as decisões da Justiça favoráveis aos trabalhadores na maioria dos julgamentos de dissídio e a própria reposição de 13,54%, determinada pelo Executivo, em abril.

A esses aumentos, na opinião do assessor, somou-se o próprio congelamento de preços de custos básicos do trabalhador, como aluguel, prestação da casa própria e alimentos da tabela da Sunab. A partir de agora, com juros altos e inflação, que correm o poder de compra, a expectativa é de que o consumo à vista caia naturalmente e, nesse caso, seriam necessárias medidas de contenção de compras a crédito, se for confirmada a pressão, que essa demanda vem provocando sobre os preços.

Brasília — José Varela



Gartenkraut: juros voltam a crescer